



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 114

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 279ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1985

Sessão solene destinada a comemorar o 25º aniversário de Brasília

2 — ATA DA 280ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Ofício

— De Presidente de Comissão Mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer sobre matéria que menciona. **Deferido**

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 78, de 1985, que acrescenta parágrafo único ao art. 169, tornando privativas das empresas nacionais a distribuição e comercialização de derivados de petróleo e álcool carburante.

2.3.2 — Designação da Comissão Mista

2.3.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 36 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 281ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.1.1 — Questões de Ordem

DEPUTADO ANTÔNIO AMARAL — Observações sobre o comportamento adotado por jornalistas na presente sessão.

DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS — Inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Acolhimento da questão de ordem suscitada pelo Sr. Jacques D'Ornellas.

3.1.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.2 — ENCERRAMENTO

4 — ATA DA 282ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1985

4.1 — ABERTURA

4.2 — EXPEDIENTE

4.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO OSWALDO TREVISAN — Dia Nacional da Educação, a realizar-se na data de amanhã.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Apoio de S. Exª à candidatura do Sr. Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Críticas ao Governador Franco Montoro. Renovação do Diretório Regional do PMDB de São Paulo.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Situação dramática do Hospital da FSESP, em Santarém — PA, por falta de verbas para seu funcionamento.

DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES, Como Líder — Reparos ao discurso do Sr. Adail Vettorazzo, proferido na presente sessão.

4.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Valmor Giavarina e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

4.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 279ª Sessão Conjunta, em 17 de Setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli,

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Gui-

Iherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Ubaldo Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marclio — PDS; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leone Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egdio Ferreira Lima — PMDB; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto —

PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Homero Santos — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Melo Freire — PMDB; Nilton Veiloso — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Norton Macedo — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB.

Compõem a Mesa, à esquerda do Sr. Presidente José Fragelli, a Sra. Senadora Eunice Michiles e o Sr. Senador Martins Filho; à direita o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores Enéas Faria e Mário Maia.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional que, atendendo a requerimento do nobre Deputado João Hercúlio, destina-se a comemorar o 25º aniversário de Brasília.

Honra-me ter a meu lado o ilustre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar o Sr. José Aparecido de Oliveira, Governador do Distrito Federal, a tomar assento à Mesa.

(O Sr. José Aparecido de Oliveira se dirige à Mesa e toma assento à esquerda do Senhor Presidente)

É EXECUTADÓ, NAS GALERIAS, O HINO NACIONAL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) Concedo a palavra ao nobre Deputado João Hercúlio que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO HERCÚLIO (PMDB-MG. Sem revisão do orador.) — Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Ministros, autoridades civis, militares, eclesásticas, Exmo. Srs. Deputados, Srs. Congressistas, meu caro Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido, Srs. Secretários do Distrito Federal, minhas Senhoras e meus senhores, do sonho profético de Dom Bosco empolgante realidade da Brasília atual, da histórica demarcação do sítio onde se ergueria o Distrito Federal à transformação do Planalto Central em "berço das mais altas decisões do país", toda a História de nossa Pátria foi o confirmar do acerto do gesto patriótico do Presidente Juscelino Kubitschek, que, no mais extraordinário poema épico escrito no mundo atual, concretizou o sonho da interiorização da Capital da República, no mais válido de todos os esforços para a verdadeira conquista do território nacional.

É certo que foi minimizada pela técnica a afirmação de que constituía a questão de segurança a transferência da Capital Federal para o interior do País.

Na voracidade da rapidez estonteante dos transportes, no apocalítico alcance e poder destruidor dos foguetes e das ogivas nucleares, os meridianos e paralelos são engolidos como se fossem tocados por passes de mágica do território bruxo do desamor, da sede de conquista e da perversidade dos anticristos hodiernos.

Permitam-me a imodéstia, mas — tinha que ser de Minas, das altaneiras montanhas de Minas, e — por que não dizer? da bucólica, poética e histórica Diamantina que haveria de partir o homem, tocado de uma audácia construtiva e do ímpeto só encontrado nos gênios e nos heróis, que iria construir o Brasil atual.

Efetivamente, podemos dividir a história de nosso País em duas fases: antes de Juscelino e depois de Juscelino. É como é poderosa a humildade! O homem que encarnou o próprio Deus, o próprio Deus encarnado, nasceu, filho de um carpinteiro, numa manjedoura em Belém, e dali partiu ensinando ao mundo os caminhos da salvação, pregando e oferecendo a sua vida para a salvação da humanidade. Lincoln, a mais vigorosa e uma das mais importantes figuras da construção total da mais poderosa nação do mundo, foi um lenhador. E tinha de ser o filho de uma humilde professora do interior das Minas Gerais, que haveria de realizar a maior e a mais espetacular epopeia de nosso País, Juscelino Kubitschek de Oliveira!

Nós, que vivemos o Brasil governado do litoral e que aprendemos, na escola primária, os limites de nosso País e a densidade populacional das diversas regiões, ficávamos impressionados com o contraste da orla marítima e a extensão abandonada à sua própria sorte, marginalizada do desenvolvimento e do progresso do resto do nosso Território. Mesmo criança, nós já tínhamos profunda inquietação diante da realidade que o mundo vivia, tangidos os poderosos pela ambição e pela sede de conquistas! Estudávamos o "berço esplêndido" de riquezas mil e pensávamos nos olhos cheios de cólera dos habitantes de outras plagas já exauridas da sua potencialidade econômica e preocupados diante do espaço cada vez menor e cada vez mais incapaz de produzir o indispensável para seu sustento e para a satisfação de suas necessidades. Mas Deus nos proporcionou a ventura de nos fazer contemporâneos da história. Ninguém terá condições de negar à nossa geração a glória de ter participado direta ou indiretamente da epopeia do século! Porque todos nós participamos direta ou indiretamente, com o nosso trabalho ou com a nossa contribuição financeira, para que o mago Juscelino Kubitschek fizesse o gesto definitivo da transformação dos cerrados do Planalto Central no

poema doce e ao mesmo tempo épico, vibrante e ao mesmo tempo terno desta sinfonia extraordinária que é Brasília, com as suas avenidas e ruas que terminam neste ambiente de árvores retorcidas como num rito de agonia e de dor, marca dos séculos de abandono e de descaso do Poder Central.

Nas suas praças bem cuidadas, nos seus jardins primorosos, no contrastante verde dos seus gramados, nos seus edifícios e nos seus palácios de incrível leveza, parecendo querer voar para a amplitude do céu azul, Brasília é uma mensagem positiva de amor e de liberdade para o Brasil e para o mundo.

Sua localização no Planalto Central torna mais ampla a amplitude do espaço, torna mais diáfana a luz de seus dias, torna mais enluaradas e mais cheias de estrelas as suas noites tranquilas e coloca um misticismo encantador nas suas langorosas tardes purpúreas, que se refletem, ao mesmo tempo, através da tortuosa vegetação dos cerrados ou das formas arquitetônicas magnificamente audaciosas do gênio criador de Niemeyer e do sopro vivificador de Juscelino.

Brasília já não é mais a menina-moça descuidada e apenas sonhadora de ontem. Ela já é uma juventude em flor, que trás no seu corpo escultural a marca do sofrimento e a cicatriz de doloridas injustiças.

Nós podemos retratá-la com fidelidade, se retratarmos a média da própria juventude brasileira. Nos seus sonhos de ventura. Nas suas decepções amargas. Nos seus ais de sofrimentos. Nas suas lágrimas de decepções. Mas, sobretudo, teremos de retratá-la no seu colorido verde de fundadas esperanças.

Como a juventude de sua idade, Brasília nunca votou! Como os jovens, milhares de jovens de sua idade, foi odiada por ser filha do seu glorioso pai. Foi cassada nos seus direitos políticos e teve a sua vida investigada, como a de tantos jovens daquela época, por IPM sem conta, muitos de uma injustiça e de uma brutalidade terrível.

Foi preciso, para libertá-la de parte do seu sofrimento, que outro mineiro, de outra histórica e legendária cidade mineira, São João Del-Rey, empunhasse e já esfarrapada bandeira da liberdade e da democracia e gritasse das alterosas montanhas das Gerais, o grito histórico **Libertas que Sera Tamen**: Tancredo-Neves. E, este grito, retumbando de montanha em montanha, de quebrada em quebrada, percorrendo os vales dos nossos rios e as campinas de nossa Pátria, levantou os brasileiros de todos os quadrantes, na mais vigorosa marcha de sua História!

E, mais uma vez, um brasileiro dá a sua vida em holocausto à liberdade e à democracia, fazendo nascer o sol radiante da esperança, que ele mesmo chamou de "Nova República".

E Brasília, como de resto a juventude brasileira, bafejada pela democracia, anistiada de um crime que não cometeu, irá escolher os seus representantes, irá escolher os homens que falarão por ela. A eleição virá, e por ela nós falaremos e gritaremos bem alto nossa preferência pelos que ajudaram a construir e consolidar nossa Capital.

Morreram Juscelino e Tancredo Neves.

Mas tenho certeza que esta Casa, o Congresso Nacional, o Presidente José Sarney e o Governador José Aparecido, todos nós, juntos, faremos com que Brasília, na sua expressão demográfica e na sua expressão humana, fale de igual para igual, com toda a comunidade brasileira. Todos os que, como eu, acreditamos em Brasília quando ela era apenas um sonho e que, num gesto de confiança em Juscelino, aqui aportamos, aqui amarramos os barcos de nossas vidas e neste solo abençoado fincamos as nossas raízes, quando ela comemora 25 anos, em uníssono fazemos um juramento de defendê-lo contra tudo e contra todos e fazer com que daqui possa irradiar para toda a juventude do Brasil, contemporânea, a sua própria felicidade, que terá, juramos, o aroma da liberdade, o aroma da democracia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Jorge Kalume, que falará em nome do Senado Federal.

O SR. JORGE KALUME (PDS-AC. Sem revisão do orador.) — Exmo. Sr. Senador José Fragelli, Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, Exmos. Srs. Secretários do Distrito Federal; Exmo. Srs. representantes dos Srs. Ministros da Marinha,

do Exército e da Aeronáutica; Exmo. Presidente do Grupo dos Pioneiros de Brasília, aqui representado pelo Dr. Professor Alberto Peres; Exmas. autoridades; Exmas. Senhoras; Exmos. Senhores; Exmo. Sr. Dom José Falcão, querido Arcebispo de Brasília; Exmos. Srs. Senadores; Exmos. Srs. Deputados; permitam-me divagar sobre o tema a mim proposto — homenagem a Brasília — pelo estimado Líder do PDS, o brilhante e culto Senador mineiro Murilo Badaró, com o endosso do dedicado Presidente do Senado, o respeitável Senador José Fragelli, assunto que me sensibilizou até mesmo pelo aspecto poético que encerra. Por isso, estou certo da tolerância de V. Ex^{as}, neste meu exórdio, ao confessar-lhes que senti a madrugada do dia 21 de abril alvorecer sorrindo, o sol multicolorido metamorfoseando-se com seus raios mais brilhantes e amenos, os pássaros, com seus gorgeios, saltitando alegremente nos galhos aconchegantes das árvores frondosas e floridas, plantinhas de ontem que vi crescer. Extasiado diante da beleza desse espetáculo, recolhi-me a uma rápida reflexão em busca do motivo dessa exelsitude singular e incomum.

Logo despertei com a lembrança do jubileu de prata da cidade e por certo a própria natureza engalanou-se e veio participar do evento!

Foi o sonho de Dom Bosco. "...e aparecerá aqui a grande civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Essas coisas acontecerão na terceira geração" materializado há 25 anos através de um predestinado: Juscelino Kubitschek de Oliveira!

Vamos à história recente, buscando o registro do imortal fundador:

"Tudo teve início na cidade de Jataí, em Goiás, a 4 de abril de 1955, durante a minha campanha como candidato à Presidência da República.

Declarei: "Acabo de prometer que cumprirei na íntegra a Constituição. Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo."

Esta resposta, dada à embaraçosa pergunta de um interperante no comício — Antônio Carvalho Soares, vulgo Toniquinho — forçou o compromisso do então candidato, depois Presidente da República. Era a democracia exercida na sua plenitude!

E aqui vale lembrar o pensamento de Fulton Sheen: "Ao longo da História, as únicas causas que morreram foram aquelas pelas quais os homens se recusaram a morrer."

E os óbices, longe de atemorizarem ou desanimarem, serviram para estimular o seu criador:

"A obra que tenho de cumprir é cheia de dificuldades e asperezas, bem o sei, mas o Brasil exige que ela seja atacada com decisão."

Era a voz da Pátria.

Nada por isso o deteria na sua gloriosa arrancada; uma decisão a cumprir, mesmo porque:

"Tomar decisão não é uma função mecânica. Resolve assumir riscos e constitui um desafio ao poder de julgamento."

"Decidir não é um exercício intelectual. O decidir exige visão, muita energia, e recursos da organização para uma ação realmente efetiva e capaz."

E Juscelino Kubitschek, encarnando todas as virtudes necessárias; soube conduzir com energia, altivez, sendo político e sabedoria a tarefa que o destino lhe reservara.

O ex-Deputado Federal por Goiás, Peixoto da Silveira, num dos seus arroubos entusiásticos, registrara:

"Presenciando as cerimônias das comemorações de Brasília, não seria preciso ter os dons dos sacerdotes celtas para adivinhar e ouvir a voz estimuladora de nossos ancestrais que sonharam esta esplêndida realidade que hoje contemplamos."

O acendrado civismo e amor que Juscelino Kubitschek devotava à Pátria, e para ela viveu, traz à minha memória Camões, quando, em circunstância idêntica, exalta esse sentimento:

"Esta é a ditosa pátria minha amada,
À qual se o céu me dá que eu sem perigo
Torne, com esta empresa já acabada,
Acabe-se esta luz comigo."

Propositadamente nominamos o imortal e épico discípulo de Clio e Calíope pela origem da própria história que culminaria neste Planalto Central. O Brasil, com seu imenso território rico em minério e demograficamente vazio, preocupou os nossos antepassados, pois seria um alvo de fácil presa das ambições exteriores.

Diante desse hiato, louvando-se nos conhecimentos da geopolítica, os portugueses construíram fortalezas nos pontos mais avançados e estratégicos do torrão pátrio, inclusive na grande área amazônica, onde foi levado a efeito o plano de colonização agrícola por ordem do Marquês de Pombal, o primeiro a pensar no recuo do meridiano da Capital do Brasil.

Retrocedendo-se aos primórdios do reinado português, ainda éramos colônia e engatinhávamos, — fundou a segunda capital, no Rio de Janeiro, como forma gradativa de tamponar as regiões desabitadas. E idéias como essas foram se disseminando, diremos melhor, tomando corpo.

Vamos incluir nessa ordem, como mudancistas, Hyppólito José da Costa, em 1813, recomendando a transferência para "junto às cabeceiras do rio do São Francisco"; com a mesma impetuosidade veio, em 1821, o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva, o qual, já pensando na independência pátria, sugeriu o significativo nome de Brasília, e escreveu aos Deputados às Cortes de Lisboa:

"Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável."

Lembramos ainda o futuro Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagem; o Senador Holanda Cavalcanti; o inconfundível pintor Pedro Américo; e o regime implantado com a República também alimentou esse desejo.

Esta Casa — a Câmara dos Deputados — teve admirável participação através da Emenda do Deputado Laurício Müller, com apoio dos seus colegas Joaquim de Souza Murta, Rodolfo Miranda, Felipe Schmidt, Lacerda Coutinho e mais 83 deputados, a qual logrou êxito na sessão de 22 de dezembro de 1890. A Constituição de 1891 manteve esse propósito; o primeiro Presidente, Marechal Deodoro da Fonseca; o Marechal Presidente Floriano Peixoto, através da Comissão Luís Cruls, sob a coordenação do Ministro da Agricultura, Gonçalves de Farias, em 1892; o Senador Rego Monteiro; o Presidente Epitácio Pessoa; Getúlio Vargas, que nomeou o General Caetano de Castro para esse fim; e Eurico Gaspar Dutra, por intermédio da Comissão Poli Coelho; Nereu Ramos; Café Filho, que nomeou o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, depois substituído pelo Coronel Ernesto Silva; embora o Presidente não se tenha interessado em baixar o decreto de desapropriação da área, coube esta tarefa de magnitude ao então Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida.

Mesmo assim, Café Filho criou a "Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital", sob a presidência do banqueiro e escritor Altamiro de Moura Pacheco.

O Deputado amazonense Pereira da Silva, na década de 60, recordando José Bonifácio, apresentou Emenda dando o nome de Brasília à futura Capital.

Igual inspiração teve o então estudante de Direito, hoje Senador Aderbal Jurema, que desde a década de 30 já escrevia, como jornalista, sobre a necessidade da mudança da capital para o Planalto.

Não há dúvida quanto ao desejo mudancista que também encontrou apoio nos inconfidentes, todavia convém evidenciar — e no futuro os sociólogos poderão falar mais acertadamente — que Goiânia, obra do saudoso e bravo patriótico Pedro Ludovico Teixeira, deve ter contribuído para acelerar a idéia. Também o historiador goiano Gelmires Reis era um entusiasta de Brasília; o Dr. Balduino de Almeida lançou, em 1922, a pedra fundamental da futura capital da República, nas proximidades de Planaltina.

O próprio Presidente Juscelino Kubitschek afirmara que "logo depois de terem concluído a construção de Goiânia, os engenheiros Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno iniciaram um movimento que pode ser considerado o ponto de partida da arrancada que culminou na

construção de Brasília" e aqui se encontra o Dr. Abelardo.

Mas o destino reservou essa missão a um político de alta sensibilidade, sábio, determinado e patriota, o mineiro Juscelino Kubitschek!

Em 1957, o Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, reza a primeira missa no cerrado, numa repetição do nascimento do Brasil. E S. Ex.^a Revma., valendo-se da oportunidade, asseverou:

"Brasília é a árvore da vida nacional, providencialmente plantada no Planalto Central de nossa Pátria". E aduziu: "é o acontecimento máximo depois do Ipiranga, o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional".

Não faltaram críticas e oposições à idéia. Certamente, muitos pensaram mais na beleza da orla atlântica do que no interesse da Pátria. Mas convém ressaltar o apoio de Magalhães Pinto com uma frase curta e de efeito: "onde está o Governo, aí deve estar a Oposição"; também das mais valiosas foi a interferência do Governador da Bahia, Juracy Magalhães.

E, por último, Juscelino Kubitschek venceu, após enfrentar com serenidade a incompreensão de alguns de seus patrióticos. E me vem à memória o provérbio árabe: "o vento da adversidade nunca sopra no reino da sabedoria". Juscelino Kubitschek ultrapassou a barreira do som e alcançou a estratosfera do seu triunfo e dos brasileiros sempre preocupados com seu país mais humano e unido!

São muitos os que colaboraram, e mencioná-los é-me impossível. Todavia, não poderei deixar de saudar a envergadura, o heroísmo e a lealdade de Israel Pinheiro; bem como de Bernardo Sayão; Iris Meimberg; Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, os bens inspirados arquitetos de uma obra perfeita, como nos versos de Cruz e Souza:

"A perfeição é a celeste ciência
da cristalização dos almos encantos,
de abandonar os mórbidos quebrantos
e viver de uma oculta florescência."

E o Legislativo veio ao encontro do anseio nacional. E aqui vale lembrar algumas palavras do Senador Filinto Müller, no dia da instalação deste Poder.

Disse Müller:

"É essa integração, Senhores que dá a Brasília o sentido generoso e humano que foi compreendido por todo o Brasil, que emocionou o Brasil, que mobilizou o Brasil para a grande realização!"

É ainda essa integração, Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, que torna a obra de Brasília verdadeiramente eterna, verdadeiramente imortal, porque ela vem completar o ciclo do nosso desenvolvimento, da construção da nossa unidade nacional."

O Deputado Ranieri Mazzili, discursando logo após Filinto Müller, ressaltou:

"Mais ainda do que um milagre da vontade humana, Brasília é um milagre de fé, uma vitória sobre o impossível, um triunfo sobre a tendência brasileira para o adiamento e o amanhã. O sonho de muitos homens, o remoto ideal que deveria lentamente passar à ação, obstado sempre por algum empecilho momentâneo, já que dificilmente haveria época bastante próspera ou bastante adequada para nos impedir até aqui sem o dinamismo da fé, encontrou o seu intérprete e o seu foco de irradiação no Presidente Juscelino Kubitschek."

Saliente-se ainda San Thiago Dantas, na qualidade de jurista do governo; Dr. Dário Delio Cardoso, da NO-VACAP; os Diretores Virgílio Távora e Passos Pôrto, bem como o Deputado Emílio Caiado, autor da Lei nº 3.273, que estabeleceu a inauguração de Brasília, dia 21-4-1960, data de Tiradentes.

Vencidos os óbices que se antepuseram à idéia mudancista, Juscelino Kubitschek pôde, afinal, dizer antecipadamente que "deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões

nacionais, lance os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino".

Este pensamento bem definê o gigantismo da obra que reflete, na sua essência, o seu autor! Homem de marcante personalidade, conquanto verdadeiro estadista, era compassivo e romântico.

Certa vez, arrebatado ante o crepúsculo brasileiro, logo o definiu, dando a sua dimensão:

"Nas tardes do Planalto, os crepúsculos de fogo se confundem com as tintas da aurora. Tudo se transforma em alvorada nesta cidade, que se abre para o amanhã..."

Brasília, sem favor, é o traço de união, é centro irradiador de realizações, é o seio aconchegante de todas as unidades da Pátria. E é ainda Juscelino Kubitschek quem, no seu entusiasmo, assevera:

"Deste Planalto Central, Brasília estende hoje aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional: Belém, Fortaleza, Porto Alegre e, dentro em breve, o Acre. E por onde passam as rodovias, vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas, vai circulando, vigorosa, a seiva do crescimento nacional."

Finalmente, aí está Brasília uulante com mais de um milhão de pessoas, com suas quadras verdes, suas árvores sombreando seus parques, suas universidades, seus templos, com seus clubes e entidades culturais, com seu comércio e indústrias florescentes; enfim, adulta, plena de vida e, com justiça, anseia à sua autonomia política para que a sua comunidade escolha seus dirigentes. É a marcha natural de um projeto nascido espontaneamente, já sazoadado e necessário, como desejaria que se concretizasse o seu próprio criador.

Concluo com Thomas Carlyle, em cujo pensamento está o imortal Juscelino Kubitschek, orgulho nacional estadista do Brasil e cidadão do mundo, ante a obra realizada e a admiração que desfrutou perante todos os povos: "Nenhum grande Homem vive em vão. A história da Humanidade não é mais do que a biografia dos grandes". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido de Oliveira, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, Srs. Senadores e Srs. Deputados, quis o destino marcar com a majestade da dor o 25º aniversário de Brasília.

Foi no dia 21 de abril deste ano que a Nação sofreu o drama do falecimento do Presidente Tancredo Neves, que subiu ao altar da Pátria para cantar com o Herói da Independência o hino da liberdade.

Até parece que os acontecimentos se conjugam, para que Brasília acrescente suas características de compêndio e resumo da alma nacional e seus legítimos anseios de progresso e de desenvolvimento.

Com Brasília o povo brasileiro se tornou digno da grandeza do seu território, ocupando-o e explorando-o economicamente. Foi por Brasília que o progresso encontrou sua rota para o oeste, abrindo a esta imensa região a possibilidade de tornar-se uma fantástica fonte de alimentos. Foi por Brasília que o Brasil desbravou a Floresta Amazônica, fecundando-a com o desenvolvimento e descobrindo imensas riquezas minerais. Foi Brasília a causa da abertura de vasta rede de estradas e de extenso e moderno complexo de telecomunicações.

Só depois de ter visitado esta cidade, ainda na fase da sua construção, é que Eisenhower compreendeu por que o Brasil era denominado País apressado. Hoje, voltando os olhos para um quarto de século atrás, melhor compreendemos por que Brasília foi o marco principal de uma nova história, jornada de ontem para o amanhã, do que havia terminado para o que iria acontecer, das velhas realizações para as novas empresas. (Palmas.)

(*É EXECUTADO, NAS GALERIAS, O HINO DO DISTRITO FEDERAL*).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Agradeço a presença às altas autoridades que prestigiaram esta ses-

são solene, comemorativa do 25º aniversário da Capital da República. Na pessoa do eminente Governador José Aparecido, que nos honra com sua presença, saúdo, em nome do Congresso Nacional, o povo brasileiro, que miscigena a raça nacional, pois é fruto da migração de

pioneiros aportados de todas as partes deste imenso País. A todos muito obrigado.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 13 minutos.*)

Ata da 280ª Sessão Conjunta, em 17 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alcides Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borja — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio

Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Afonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barboza — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Pecanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury —

PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosenburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiruba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto —

PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Aiceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kifuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; Leo de Almeida Neves — PDT; Norton Macedo — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PFL; Vilson Kleinubing — PDS; Walmar de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balhazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Gardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 332 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido seguinte

Of. nº 038/85 — SCM Em 17 de setembro de 1985
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Fragelli
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1985, que "Altera a redação da alínea e do parágrafo único do artigo 30 da Constituição", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que encerrará no próximo dia 19 do corrente.

Outrossim, esclareço que o pedido se justifica pela importância da matéria e que está a exigir um prazo mais dilatado ao Relator, Senhor Senador Itamar Franco, para elaboração do parecer.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima. — Deputado Santos Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 1985.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, de 1985

Acrescenta parágrafo único ao art. 169, tornando privativas das empresas nacionais a distribuição e comercialização de derivados de petróleo e álcool carburante.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 169 passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 169

Parágrafo único. A distribuição e comercialização de produtos derivados do petróleo e de álcool carburante, em todo o território nacional, é privativa de empresas cuja a maioria do capital pertença a brasileiros e tenha sua sede no País."

Justificação

A Constituição de 1987, em seu art. 169, prevê que "a pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei".

A Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a PETROBRAS, portanto anterior à nossa Carta Magna, prescreve que é também monopólio da União a refinação do petróleo e o transporte marítimo ou por dutos do óleo mineral e dos gases raros.

Entretanto, permitiu o legislador que as atividades mais lucrativas, ou seja, a distribuição e a comercialização dos derivados de petróleo fossem executadas por grandes grupos multinacionais.

No momento em que o País atravessa enormes dificuldades no campo econômico, com sérias repercussões igualmente no social, com uma dívida externa da ordem dos 100 bilhões de dólares, temos de procurar por todas as formas evitar a evasão de divisas, e a remessa de lucros — no caso em espécie, de lucros facilmente auferidos — constituir-se uma fonte a minar nossa economia.

Considerando que o comércio e a distribuição de petróleo e seus derivados não são atividades que exijam tecnologia sofisticada ou investimentos vultosos, fatores que são o principal argumento daqueles que advogam a atuação das multinacionais no Brasil, não se justifica que continuem concessionárias estrangeiras, como a Esso, a Shell ou a Texaco, a operar nessa área.

Quando éramos grandes importadores de petróleo e precisávamos da cobertura dessas companhias, nossas principais fornecedoras, ainda podíamos admitir essa situação, mas não mais agora, se já atingimos a meta de mais de 500 mil barris diários, pertencendo o ônus da produção à PETROBRAS, que da

mesma forma se encarrega do refino, inclusive do óleo que importamos.

Vale ressaltar que, no caso da gasolina, a parte das distribuidoras e revendedoras representa 11,4% do preço desse combustível, enquanto que, no tocante ao óleo diesel, chega a 15%.

Essas empresas, nos termos da legislação vigente, quando estrangeiras, podem enviar parte de seus lucros — e lucros facilmente obtidos, nunca é demais frisar — para o exterior, em detrimento dos interesses brasileiros.

Essas atividades, altamente lucrativas, devem, portanto, ser privativas de empresas nacionais, até mesmo, no caso da distribuição, da própria PETROBRAS ou de suas subsidiárias.

Recentemente fomos surpreendidos com a proposta absurda da Primeira-Ministra da Inglaterra no sentido de que os devedores do terceiro mundo vendessem seus bens para pagar seus credores, enquanto as multinacionais aqui instaladas enriquecem à custa do suor e do sangue de nosso povo. Será, porventura, que S. Ex.^a pretende que entreguemos nossas principais indústrias e recursos naturais ao capital estrangeiro?

Entendemos, sim, que, como forma de minorar a difícil situação por que passa o Brasil, devemos evitar que empresas estrangeiras continuem suas atividades de simples comercialização, como ocorre com os derivados de petróleo, pois em nada estão contribuindo para o desenvolvimento brasileiro.

Mais inadmissível ainda é essa participação no caso do álcool. Ora, a tecnologia nesse setor é nossa; as destilarias são brasileiras; a cana-de-açúcar é cultivada em nosso solo, mas, no entanto, as mesmas multinacionais que comercializam com a gasolina e outros derivados de petróleo também o fazem com o nosso álcool carburante.

Trata-se de setor de magna importância para nós, e, a exemplo do que ocorre com a navegação de cabotagem — art. 173 da Constituição — deve ser operado apenas por empresas genuinamente nacionais.

Palavras proferidas há mais de trinta anos, pelo então Presidente Getúlio Vargas, são ainda hoje atuais. "Não se deve exigir do Brasil a colaboração e sacrifício, distribuindo aos outros (isto é, às multinacionais como a Shell, a Esso ou a Texaco) os benefícios (...). O que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce de nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estrangeiros; deve ser explorado por brasileiros, em organizações brasileiras e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado..."

Conclamos, pois, os nobres Pares a apoiarem a presente Proposta de Emenda à Constituição, que, aprovada, representará importante passo para assegurar a nacionalização de setor de interesse da própria segurança do País.

DEPUTADOS: Denisar Arneiro — Darcy Passos — Francisco Amaral — Luiz Sefair — Wilson Vaz — Sebastião Ataíde — Sérgio Lomba — Nilson Gibson — Lúcio Alcântara — Milton Brandão — Rosa Flores — Mário Juruna — Mário Frota — Lélcio Souza — Aurélio Peres — Hélio Duque — Matheus Schmidt — Raymundo Asfora — Amaury Müller — Lúcia Viveiros — Leônidas Sam-

paio — Djalma Bessa — Odilon Salmoria — Cristina Tavares — Ibsen Pinheiro — Pimenta da Veiga — Oswaldo Lima Filho — Inocêncio Oliveira — Wagner Lago — Epitácio Cafeteira — Freitas Nobre — Márcio Braga — Navarro Vieira Filho — Marcos Lima — Oswaldo Trevisan — José Carlos Vasconcelos — Márcio Santilli — Irajá Rodrigues — Márcio Macedo — Luiz Henrique — Victor Faccioni — Raul Bernardo — Theodoro Mendes — Hermes Zaneti — Jorge Uequed — Dante de Oliveira — Sebastião Nery — Tidei de Lima — Aldo Arantes — Renan Calheiros — Carlos Peçanha — Jackson Barreto — Miguel Arraes — Simão Sessim — Walber Guimarães — Jorge Carone — Antônio Câmara — Carlos Sant'Anna — JG de Araújo Jorge — Gustavo Faria — Jorge Vianna — José Fernandes — João Hercúlio — Paulo Zarzur — Osvaldo Nascimento — Leorne Belém — João Faustino — Nelson do Carmo — Heráclito Fortes — Borges da Silveira — Celso Barros — Nilton Alves — Nasser Almeida — Carlos Mosconi — Ailton Soares — Sival Guazzelli — Walmor de Luca — José Frejat — Nadyr Rossetti — Francisco Sales — Carlos Alberto de Carli — Paulo Mincaroni — Mário de Oliveira — Haroldo Sanford — Celso Peçanha — Celso Amaral — Gastone Righi — Sérgio Cruz — Aloysio Teixeira — Hamilton Xavier — Manoel Ribeiro — Wilmar Palis — Daso Coimbra — Mendes Botelho — Juiúlio Caruso — Celso Sabóia — Pedro Sampaio — Irineu Brzezinski — Carlos Wilson — Jarbas Vasconcelos — João Agripino — José Endes — Amadeu Gears — Ivo Vanderlinda — Francisco Dias — Myrthes Bevilacqua — José Fogaça — Jorge Leite — João Gilberto —

José Colagrossi — Clemir Ramos — Bocayuva Cunha — Domingos Leonelli — Jacques D'Ornellas — Hélio Manhães — Floriceno Paixão — Djalma Falcão — Siegfried Heuser — Osvaldo Melo — Orestes Muniz — José Mendonça de Moraes — Del Bosco Amaral — Valmor Glavarina — José Genoino — Haroldo Lima — Juarez Bernardi — Cardoso Alves — Manoel Affonso — Eduardo Matarazzo Suplicy — Gilson de Barros — José Moura — Cássio Gonçalves — Tobias Alves — Genesbaldo Correia — Fernando Gomes — Flávio Bierrenbach — José Maria Magalhães — Arthur Virgílio Neto — Irma Passoni — Milton Figueiredo — Dirceu Carneiro — Carneiro Arnaud — Figueiredo Filho — José Tavares — Sarney Filho — Egidio Ferreira Lima — Renato Vianna — Alencar Furtado — Fernando Santana — Pedro Germano — Ruben Figueiró — Vicente Queiroz — Eraldo Tinoco — Jonas Pinheiro — João Carlos de Carli — Alcení Guerra — Levy Dias — Santinho Furtado — Wall Ferraz — Marcelo Linhares — Octávio Cesário (apoio) — Eurico Ribeiro — Estevam Galvão — Cláudio Philomeno.

SENADORES: Altevir Leal — Fábio Lucena — Fernando Henrique Cardoso — Humberto Lucena — Mauro Borges — Severo Gomes — Carlos Chiarelli — Galvão Modesto — Affonso Camargo — Marco Maciel — Gastão Müller — Henrique Santillo — Pedro Simon — Roberto Saturnino — Marcondes Gadelha — Amaral Furlan — Eunice Michiles — Marcelo Miranda — Hélio Gueiros — Passos Pôrto — Jorge Kalume — Alexandre Costa — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Alberto Silva, Severo Gomes, Mauro Borges, Cid Sampaio e os Srs. Deputados Denisar Arneiro, Mário Lima, Horácio Ortiz, Paulo Mincaroni e Luiz Seifair.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Jorge Kalume, Roberto Campos, César Cals, Gabriel Hermes e os Srs. Deputados Epitácio Bittencourt, Horácio Matos e Pratiní de Moraes.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores Carlos Lyra, Marcondes Gadelha, Aderbal Jurema e os Srs. Deputados Furtado Leite e Wolney Siqueira.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O Parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 17 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 36 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.152, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

Ata da 281ª Sessão Conjunta, em 17 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS E 36 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Baceilar — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira

Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamin — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Celso Peçanha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assud — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Romburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso

Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Juliane — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Crustino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadan — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kifuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; Leo de Almeida Neves — PDT; Norton Macedo — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artemir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bom e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugoardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 332 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. ANTÔNIO AMARAL — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Amaral, para uma reclamação.

O SR. ANTÔNIO AMARAL (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tomei conhecimento, neste instante, de que dois jornalistas estavam atrás da mesa do Sr. Presidente, o que é inadmissível, mesmo porque já acho um absurdo a imprensa nos atropelar neste plenário. Agora, jornalistas, por cima do ombro do Sr. Presidente, contam o número de Parlamentares presentes à Sessão. Acho que o abuso chegou ao extremo nesta Casa. Um funcionário da Casa acabou de me dizer que é ordem da Presidência não atrapalhar os jornalistas. Não sou absolutamente contra a presença de jornalistas no plenário, mas deve haver um limite de tolerância, porque é um absurdo que jornalistas estejam, por cima do ombro do Sr. Presidente — repito — a apontar com o dedo a folha de lista de presença dos Parlamentares. Já causa um atropelo a presença de muitos desses profissionais aqui na frente. Qualquer dia desses, Sr. Presidente, a imprensa estará sentando nas nossas cadeiras e decidindo o destino dessa Nação. Trata-se de uma falta de respeito e uma desmoralização absoluta que não posso admitir porque respeito a nossa instituição. Como Parlamentar, encaminho-me à Mesa somente quando tenho um assunto a tratar, mas a imprensa invade este recinto e zomba desta Casa.

Esta a minha reclamação. A falta de respeito chegou a este ponto. Duvido que um Parlamentar tenha o direito de entrar em qualquer jornal ou empresa de televisão e cometer esse abuso e essa falta de respeito, Sr. Presidente (Apoiado.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A reclamação de V. Ex^a será levada na devida conta pela Mesa do Congresso Nacional.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra, a V. Ex^a.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, considerando a falta de quorum, solicito o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Antes de encerrar a sessão atendendo a solicitação de V. Ex^a, nos termos do art. 55, § 1º, *In fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 16 e 21, de 1985-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.)

Ata da 282ª Sessão Conjunta, em 17 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leonidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Cesar Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novas — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Aride Teles — PDT; Celso Peganha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Juliano Caruso — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB;

Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rossemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Juliannelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; Leo de Almeida Neves — PDT; Norton Macedo — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcídes Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A lista de presença acusa o comparecimento à Casa de 53 Srs. Senadores e 332 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Ministro Marco Maciel promoverá amanhã o "Dia Nacional da Educação", destinado a difundir pelo Brasil afora os novos programas educacionais. Preocupa-se o Sr. Ministro em melhorar a qualidade do ensino, adequando-o à realidade nacional. Recentemente, com o lançamento do programa "Educação para Todos", objetivou o Sr. Ministro trazer para as salas de aulas oito milhões de crianças em idade escolar que ainda estão à margem do ensino neste País. Agora, com a Emenda Calmon, aprovada pelo Congresso Nacional, 13% dos recursos do orçamento da União para o próximo ano serão destinados à educação, ao mesmo tempo em que a referida emenda exige que os Estados e Municípios também destinem 25% de seu orçamento para o setor educacional. Isto representa mais recursos para a educação neste País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sabemos que somente o aumento das verbas governamentais não resolverá os problemas da nossa educação. Neste aspecto, está consciente o Sr. Ministro Marco Maciel, que procura mobilizar a sociedade brasileira no sentido de atender para as deficiências dos nossos programas educacionais. Assim, no ensino de 1º grau três aspectos fundamentais merecerão a atenção especial do Ministério da Educação: A melhoria da qualidade de ensino; a eficiência da merenda escolar servida aos alunos antes do início das aulas, a fim de que eles possam enfrentar o período de aula já suficientemente alimentados, e a merenda escolar também servida durante o período de férias; ampliação da assistência médico-odontológica, porque há muitas crianças repetem o ano escolar por deficiência visual, etc.

O ensino de 1º grau abrange, portanto, esses três aspectos, ensino, merenda escolar e assistência médico-odontológica.

No ensino de 2º grau, além da melhoria da qualidade de ensino procura-se adequar os currículos educacionais, atualizando-os, a fim de que o ensino ministrado seja condizente com a realidade em que vivemos. Merece também especial destaque a questão das nossas universidades, que ainda hoje constituem verdadeiras ilhas isoladas em suas comunidades, esquecendo-se seus aspectos fundamentais e dos seus compromissos para com a sociedade brasileira. São três os compromissos neste grau: ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a nossa preocupação é fundamentalmente com a melhoria de ensino da nossa universidade, a fim de que ensinemos aos nossos alunos o que irão utilizar na vida prática, aquilo que o processo de desenvolvimento econômico, social e político exige dos nossos alunos universitários e que o mercado de trabalho está a espera deles. É preciso que a universidade

mude seu enfoque e procure oferecer ao mercado de trabalho universitário formandos que atendam às necessidades do nosso desenvolvimento.

Outro ponto fundamental para nossa universidade é o compromisso com a pesquisa. Este País deve adquirir urgente o domínio sobre pesquisas tecnológicas. A sociedade espera resposta das universidades a este compromisso.

O terceiro compromisso da Universidade é a extensão. A Universidade não pode viver isolada em sua região; precisa estender-se na comunidade, viver seus problemas, ajudar a encontrar soluções para os grandes problemas que temos. Portanto, é necessário viver integradamente com a comunidade, com as regiões onde se encontram instaladas. Faz-se necessário a atualização de currículo, a adequação a realidade social, econômica e política e ao mercado de trabalho.

Neste contexto, o Sr. Ministro da Educação prega a mobilização nacional de todos nós: políticos, lideranças de bairro, lideranças sindicais, Prefeitos, Vereadores, a fim de que possamos trazer para as escolas milhões de crianças que estão longe delas e dar nossa contribuição para a melhoria na qualidade e na modernização do ensino em nossas universidades.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há mais ou menos três anos tomei parte de um programa de televisão, em São Paulo, comandado pelo jornalista Ferreira Neto. Tive então uma discussão muito contundente com o cidadão que defendia então o Sr. Jânio Quadros. Na oportunidade fizeram, grandes acusações ao ex-Presidente da República.

Compareci ao programa para defender o novo *long play*, que estava lançando, "Vida que Segue". Eis-me em Brasília, em 1983, como Deputado Federal, para conhecer um pouco mais a nossa história, nossos governantes, aqueles que desertaram ou não, suas dificuldades, enfim, seu dia-a-dia. Conversando diariamente com pessoas que conhecem profundamente a história do País, observamos — vejam bem como a História faz com que nos distanciamos dos problemas por falta de interesse, quando não tomamos conhecimento das dificuldades por que passa a Nação — que o Sr. Jânio Quadros desertou no dia 25 de agosto de 1961, passando o Governo para o Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Do comando administrativo do Governo Goulart participaram o Sr. Franco Montoro, Ministro do Trabalho; o nobre Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães, Ministro da Indústria e do Comércio; Tancredo Neves, Primeiro-Ministro, e Brizola, como sempre, era o agitador. O Sr. João Goulart e a sua equipe tiveram três anos para governar este País. Não três meses ou seis meses, mas três anos. Hoje, ouço dizer aqui que Jânio Quadros foi o culpado da desgraça ocorrida em 1964. Mas o Governo era de Franco Montoro, de Ulysses, de Tancredo, de João Goulart, de Brizola e de outros, que estão por aí. Eles é que foram incompetentes, não souberam administrar esta Nação e permitiram que os militares tomassem o poder apenas através dos terços das mulheres. Não houve um tiro, não houve um tapa; as mulheres rezaram, fizeram a sua vigília, foram para a rua.

Brizola encheu a mala de dólares e se mandou para o Uruguai; o João Goulart encheu outra mala e se mandou; os outros, não sei o que fizeram, mas todos eles foram os responsáveis pelos desacertos durante esses vinte anos. Mas também foram responsáveis pelos acertos. Nós só falamos dos desacertos, e os acertos? E as dezenas de milhares de asfalto, e a indústria automobilística, e os aviões, e a televisão, e o telefone? Vocês se lembram como é que se ia para o Nordeste há vinte anos? Como é que se ia para as cidades do interior? A cavalo, nem jipe passava.

Esqueceram-se. Só se lembram que alguns generais, coronéis e brigadeiros roubaram. Alguns, porque também não queremos condenar as Forças Armadas, porque alguns militares pisaram na bola, faltaram com o respeito e meteram a mão; muitos civis também meteram a mão. Temos aí um bocadinho de escândalos envolvendo grandes banqueiros, e os políticos não estão lá, nem Deputados, nem Senadores. Estão os banqueiros, generais, brigadeiros, coronéis, etc.

Mas aí, Sr. Presidente, o Sr. Montoro, Ulysses Guimarães, nosso nobre Presidente — homem por quem temos o mais profundo respeito e admiração — e o Tancredo, que ia salvar esta Pátria e era o Primeiro-Ministro, foram incompetentes e permitiram que os militares tomassem o poder neste País. Os militares tiveram os seus desacertos e os seus acertos.

Hoje, depois de 24 anos, Sr. Presidente, sou obrigado a reformular o meu ponto de vista em relação a Jânio Quadros. Eu, que o condenava, olhando o que está acontecendo em torno da política brasileira, sou obrigado a admitir que Jânio Quadros é a única novidade na política brasileira depois de 24 anos. Olhamos para um lado, está Franco Montoro; do outro, está beltrano, cicrano, o Paulo Maluf, o Wilmar Palis, o Sebastião Ataíde, está o JG de Araújo Jorge — sempre os mesmos! A novidade chama-se Jânio Quadros.

E agora vemos o Banco do Estado de São Paulo gastando uma "baba" para manter a imagem de um candidato a Prefeito, que diz num programa de televisão: "Não tenho culpa de ter estudado muito e a maioria do povo brasileiro ser ignorante". Aí mostram-lhe um mapa: "Por favor, Senador, V. Exª poderia mostrar onde fica a Vila Maria?" "Não sou candidato a motorista de táxi, sou candidato a Prefeito". Esse homem, que tem cultura, mas não tem sensibilidade popular, que não respeita os pobres, quer ser o Prefeito de São Paulo.

Hoje percebemos que, apesar da manipulação da imprensa, a mesma manipulação acontecida na campanha das diretas, todos os brasileiros acreditassem que todos do PDS que passassem para a Frente Liberal seriam maravilhosos e todos que ficassem seriam indignos do respeito, da admiração e do voto. A mesma imprensa manipulada pelo poder econômico de Olavo Setúbal, Abílio Diniz, Henry Kissinger, que aqui veio representando o Governo americano — todo mundo se lembra — a mesma imprensa, agora regionalmente, continua manipulando o povo.

No Rio de Janeiro, o BANERJ está gastando tanto dinheiro com a "Manchete" que todos os dias denunciamos: A "Manchete" acabará mudando a sua razão social para Rede BANERJ de Televisão, porque a grana que estão gastando é tão violenta que devem ter comprado as suas ações. A Rede Globo é poderosa, mas não quer briga com o homem, só no futuro. Então, manipula também o povo. A mesma coisa em São Paulo, porque o que o Montoro está gastando não está no gubi.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o tempo nos ensina, a vida nos ensina a julgar as pessoas com mais respeito, a julgar as pessoas com imparcialidade total. Depois de 24 anos, a única novidade política neste País chama-se Jânio Quadros. Tomara que o povo de São Paulo se aperceba disso e o eleja Prefeito para mudar toda esta história cascateira que anda por aí, chamada pseudonova República.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra o nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocorreu hoje um fato digno de registro: um ilustre Deputado desta Casa teve a coragem de defender, da tribuna da Câmara dos Deputados, O Governador Franco Montoro. É um fato digno de registro porque inclusive o Sr. Fernando Cardoso, candidato do Sr. Franco Montoro a Prefeito de São Paulo, se nega a fazer comícios acompanhado de Montoro, tal o prestígio do atual Governador de São Paulo. Mas esse ilustre Deputado, realmente uma grande figura deste Parlamento, a quem muito admiro e respeito, o Deputado Roberto Rollemberg, teve de esforçar-se tremendamente para tentar justificar o Governo Montoro.

É evidente que S. Exª não poderia conceder o aparte ao Deputado Agnaldo Timóteo, porque queria evitar que algumas verdades sobre o Governo Montoro fossem ditas. Respeitando o brilhantismo do Deputado Roberto Rollemberg, Parlamentar que deve ser reconduzido a esta Casa, por seu espírito de luta, dedicação, honrabilidade e convicções, respeitando tudo isso, Sr. Presidente, gostaria de fazer mais alguns restrições ao seu discurso. S. Exª afirmou que o Governo Montoro é de participação. Realmente o é, porque ele anuncia as obras e os Municípios as pagam. Por exemplo: o Governador Franco Montoro tornou público há poucos dias, que iria

mandar construir mil pontes no Estado de São Paulo. E o que são essas pontes? Aquele Governo doa às prefeituras estrutura de ferro, algumas longarinas de ferro, cujo valor deve ser de aproximadamente 25 a 30% do valor das pontes. O restante — a base, o concreto, os aterros — são os prefeitos que devem fazer. Então, realmente é uma participação. Os Prefeitos fazem e o Governador de São Paulo anuncia as obras.

Não falarei sobre o problema da merenda escolar, porque o Deputado Ferreira Martins vai fazê-lo dentro de alguns instantes. Mas a verdade é que Montoro, segundo o nobre Deputado Roberto Rollemberg, descentralizou a parte financeira do seu governo. Hoje, S. Ex^a doa recursos às prefeituras, a fim de que promovam uma merenda escolar sadia para os educandos. E o que faz, então, nesse seu trabalho fantástico, o Governador Montoro? Destina à Merenda Escolar, 240 cruzeiros *per capita*, por dia, 240 cruzeiros, que, convenhamos, dão apenas para pagar 1/4 de um cafezinho. O Restante, evidentemente, quem completa são as prefeituras.

Mas, agora, saindo do assunto Montoro e indo um pouco para a Assembleia Legislativa de São Paulo, para a bancada do PMDB, especificamente não posso deixar de registrar, nesta Casa, o que ocorreu nesta última semana e na semana passada em São Paulo: os Deputados paulistas peemedebistas assumiram, publicamente, um compromisso com o povo daquele estado, no sentido de que jamais iriam permitir que um veto do Governo Estadual fosse mantido por decoro de prazo. Só na semana passada, 4 vetos foram mantidos por decoro de prazo. Afinal de contas, não custa fazer promessas. A Bancada do PMDB, como o Sr. Montoro, sempre foi pródiga em promessas demagógicas e não cumpridas.

Parece-me que algumas anotações que fizemos sobre o discurso do ilustre Deputado Roberto Rollemberg foram aqui examinadas. No mais, que poderia eu falar sobre Montoro e o PMDB de São Paulo? O PMDB de São Paulo agora se nega a renovar o diretório da Capital, e não é este Deputado quem o diz, mas o deputado Octacílio Almeida, da minha região, e que hoje dirigia ao Presidente Ulysses Guimarães, apelo de que se promovessem as eleições para a renovação do Diretório Regional do PMDB de São Paulo. O Governador Montoro, evidentemente, não tem interesse nessa renovação, porque senão o Sr. Quêrcia irá ganhar o Diretório de São Paulo, e isso não interessa aos montoristas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com nosso pedido de providências ao Sr. Ministro da Saúde em relação à dramática situação de falta de verbas para o Hospital do FSESP em Santarém, conforme denúncia feita pelo jornalista Emir Bemugui, em *O Liberal*, deste domingo, pedimos a inserção nos Anais desse angustiante apelo, como se verifica a seguir:

“Misericórdia para o SESP”.

A Santa Casa de Misericórdia do Pará agonizava, não faz tempo. Para evitar a morte que não poderia ser justificada, uma intensiva, emocional e bela campanha foi acionada. Com amor e generosidade, nossa gente uniu corações e recursos, resgatando o grande hospital de uma falência que desacreditaria todo um povo. A medonha ameaça repete-se, agora, alvejando nova e importante vítima: a Fundação SESP corre o risco de ter que desativar unidades hospitalares como a de Santarém. Quase meio século de serviços inestimáveis prestados à saúde pública! Vamos todos assumir a briga fundamental.

O SESP originou-se, curiosamente, dos fragores da Segunda Guerra Mundial. Apareceu para dar cobertura sanitária aos esfarrapados heróis da “Batalha da Borracha”. Sob pressão dos americanos, que precisavam desesperadamente da goma elástica na indústria bélica, milhares de brasileiros, sobretudo nordestinos, embrenharam-se na selva traiçoeira. Os valentes e maltrapilhos “soldados” viveram uma epopéia que ainda espera seu narrador genial para eternizá-la. Nos rastros finais dos fracassos na perseguição às preciosas seringueiras, restou-nos o

SESP um dos melhores presentes que a pobre-rriquíssima Amazônia recebeu até hoje.

Uma verdadeira escola de Medicina prática sempre funcionou ali. Recordo-me de que, muitas vezes meu falecido amigo Everaldo Martins disse, com todas as letras: “Saí da Faculdade e vim aprender no SESP a ser médico”. E durante muitos anos ele foi, realmente, festejado como um dos mais competentes cirurgiões regionais. Também inúmeros outros expoentes da arte de curar, como Waldemar Penna, Cid Fialho, Alberto Tolentino, Padilha, Veras, Martorano e Dumas viveram dias de glória na benquista instituição. Assistência pré-natal, obstetrícia, profilaxia de cárie dentária e perfeito tratamento da tuberculose sempre funcionaram a contento. Além disso, o pronto-socorro permanente e uma emocionante assistência aos deserdados da vida — os indigentes de toda ordem.

Saber-se que um hospital assim anda as vésperas de encerrar atividades “por falta de recursos” é mais um escândalo somado a tantos outros. Um governo que se respeita e tem noções mínimas de prioridades pode aceitar que se feche um presídio, mas não um hospital ou uma escola. Todavia, na maré vazante em que navegamos, não é prudente ficarmos a espera de socorro oficial imediato. Despeja-se um trilhão de cruzeiros para salvar um banco falido criminosamente, mas não sobram verbas para empreendimentos sérios e vitais. Precisamos, já e já, repetir o que se fez pela Santa Casa de Misericórdia do Pará. Nenhum habitante de Santarém, ou mesmo da Amazônia, pode alegar que não deve nada ao SESP. Direta ou indiretamente, no passado longínquo, nos últimos anos ou agora mesmo todos nós temos um débito de gratidão para com o antigo e eficiente centro de saúde pública.

Não interessa, no momento, procurarmos bodes expiatórios para a crise em que mergulhou o nosso hospital. Singelamente, ocorreu uma contínua defasagem, um desencontro crescente entre a demanda de serviços e os recursos disponíveis. Importa, nesta hora difícil, todo o povo tomar conhecimento da ameaça e partir para a solução lógica, imediata, urgentíssima: fazer doações substanciais de material e dinheiro. Tudo falta e tudo há de ser bem acolhido — sejam lençóis, alimentos, remédios ou acessórios cirúrgicos. Pode ser que, humilhados pela generosidade popular, os donos do poder decidam, afinal, vir em socorro da histórica e preciosíssima Fundação SESP.

Quem dispõe de uma coluna em jornal de prestígio, como eu, costuma ser solicitado a escrever sobre isto ou aquilo. Curiosamente, desta vez e até agora ninguém me pediu para defender o SESP. Faço o artigo, então, como um tributo espontâneo e uma adesão incondicional a esta luta emotiva. Conheço os meus pobres limites e não acaricio a presunção de salvar a pátria com algumas frases entrelaçadas. Mas confio na extraordinária penetração de *O Liberal* e tenho esperanças de atingir corações muito afastados do berço natal.

A você, meu irmão, fisicamente longe, mas sempre ligado à nossa terra, à nossa Amazônia, pelos vínculos do espírito e da saudade, o recadinho final. Ajude-nos também a impedir que o SESP — em Santarém e nas outras cidades — entre em coma irreversível e morra. Esse óbito impensável seria uma atestado de ingratidão assinado pelo povo inteiro. Escreva, telefone, peça informações a parentes e amigos, mas não se omita. Se o SESP nasceu para tornar possível a “Batalha da Borracha”, agora está enfermo, quase agoniza e só uma decidida “Batalha do Amor” o livrará do túmulo.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Israel Dias-Novais — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem a palavra V. Ex^a para uma Comunicação como Líder.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Deputado Roberto Rollemberg não teve o gosto de testemunhar a réplica a seu discurso, que

acaba de proferir o nobre Deputado Adail Vettorazzo. Não pôde pela simples razão de encontrar-se ausente. Estivesse ele presente, naturalmente teríamos uma polêmica muito promissora, pois conhecemos os dons intelectuais e morais do Deputado Roberto Rollemberg. Mas encontrando-se ele ausente, é necessário que alguém lhe faça a vez, e me disponho a esta tarefa, embora não contando com a capacidade intelectual de S. Ex^a. Portanto, a explicação fica muito abaixo do explicado. O Deputado Roberto Rollemberg, ao longo de 30 minutos, abordou questões fundamentais para o momento brasileiro. Assim é que ele estabeleceu uma teoria sobre a campanha em curso orquestrada contra esta instituição. Esse foi, na verdade, o capítulo mais tocado, mais abordado pelo Deputado Rollemberg. Lembrava ele que o Deputado não o é apenas quando figura em plenário, mas o é permanentemente, durante quatro anos, onde quer que se encontre. Quando o Deputado Roberto Rollemberg se encontra, por exemplo, correndo a região de São José do Rio Preto, de onde é natural — região esta que ele sobremaneira representa legitimamente, e agora em caráter efetivo, pois é titular — é como se se encontrasse no plenário, porque não está espiarecendo, não está em gozo de lazer, está trabalhando na sua missão de representante regional, estadual. Tudo isso disse o Deputado, e lembrava a hipótese que escapou ao Deputado Adail Vettorazzo, pois S. Ex^a preocupou-se com cinco minutos do discurso do Deputado Roberto Rollemberg, tempo em que ele se ocupou da pessoa e da administração Montoro. O que disse ele? Sustentou uma tese muito curiosa, a de que essa mobilização contra o bom nome desta instituição, quem sabe, se objetiva a atingir os seus atuais titulares, pois no ano que vem teremos as eleições para a Constituinte e é natural que as classes dominantes a desejem à sua imagem e semelhança e com homens da sua absoluta confiança.

Então, o Deputado pergunta: quem sabe atacando a instituição não se visa a prejudicar a reeleição dos atuais Deputados, tão provados no seu amor à causa pública? É uma tese interessantíssima, que no entanto passou ao arrepio, ao largo, na intervenção do Deputado Adail Vettorazzo. S. Ex^a cuida apenas da última parte do discurso em que o Deputado Roberto Rollemberg resolveu fazer justiça ao Governo Montoro.

Ora, o Governo Montoro não está aqui para ser defendido; quem sabe se está apenas para ser explicado; não precisa de defesa, mas de explicação. E por que, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Porque o Governo Montoro é presidido por um intelectual probo e sóbrio. Isso significa que ele é um homem de muito boa formação cultural e cívica. Todos podem negar atributos ao Sr. Franco Montoro, mas ninguém se arrosta o desdouro de causticar ou duvidar da sua capacidade intelectual e administrativa. S. Ex^a não é um aventureiro da política, nem um desses políticos que de repente brotam e, depois, desaparecem com a mesma velocidade com que surgiram. O Governador Franco Montoro fez uma tranquila, operosa e difícil carreira política. Começou como Vereador da Capital de São Paulo. Veja V. Ex^a, tão dotado de patriotismo, companheiro de cassação — circunstância de que tanto me orgulho — que, num país onde as coisas se precipitam, esse homem não se precipitou em coisa alguma. O Sr. Franco Montoro começou sua vida pública como Vereador, quando, a certa altura — é bom que os desconhecedores da História do Brasil e, muito mais, da História de São Paulo, o que não é da sua obrigação, mas da minha, e eu a exercito, saibam disso —, o jovem Montoro, com vinte e poucos anos, Professor de Direito, experimentou um dissabor muito grande na Câmara Municipal de São Paulo. Viu seu candidato, nobilíssimo, ser derrotado no pleito para sucessão da Presidência da vereança. Então, numa idade em que somos alimentados de muita esperança, em que o futuro nos preocupa, esse homem voltou para casa, renunciando à sua cadeira de Vereador da Capital de São Paulo, porque achava que já não convinha servir a um Presidente tão desafiado com seus sentimentos, com suas opiniões e, sobretudo, com sua dignidade. Depois, elegeu-se Deputado Estadual, segundo passo natural na vida dos políticos. Foi um grande Deputado Estadual, e, talvez por isso, tenha sido eleito Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo pela oposição. Depois, fez-se Deputado Federal, com a notoriedade e o brilho que V. Ex^a conhece. Depois, fez-se Senador. Foi ainda Ministro do Trabalho no Governo

parlamentarista. E V. Ex^a sabe perfeitamente que, no regime parlamentarista, ninguém é nomeado, que não há nomeações, que não há ministros bionicos. No regime parlamentarista os pares dos Deputados e Senadores é que os elegem para os Ministérios. Os ministros não são bionicos. Ao contrário, há um repúdio à função de bionico. Então, O Sr. Franco Montoro foi eleito pelos seus pares Ministro do Trabalho no Governo João Goulart. Nunca foi nomeado para coisa nenhuma. Todos os seus cargos ele os ganhou pela confiança e pelo entusiasmo popular.

E, afinal, chegou àquilo que julga ser a culminação, o topo da sua carreira, que é a governança de São Paulo. Chegando ao Governo de São Paulo, Sr. Presidente, ele sucede a um neopopulismo desvairado, a uma política de desbragada autopromoção, como foi o governo operoso, sem dúvida, do Sr. Paulo Salim Maluf. Mas houve uma diversidade total de mentalidades. Não celebra o que o primeiro pregava antes de realizar, o segundo realizava em silêncio. Então, temos em São Paulo um Governo discreto, extraordinariamente trabalhador, mas desinteressado da sua própria celebração. Não celebra o que faz. Faz sem pensar na celebração. Faz, edifica e não pensa na placa, como tantos outros que pensam na placa e não pensam na edificação. Foi comum, no governo passado, a inauguração, ao longo das estradas de São Paulo, de marcos celebrando coisas não realizadas. Agora, vem a acusação de que S. Ex^a está construindo mil pontes metálicas.

Sr. Presidente Mário Maia, veja V. Ex^a como é curioso tentar-se acusar a quem dificilmente é alvo de acusação. As mil pontes metálicas estão realmente sendo construídas, Sr. Presidente. Apenas existe uma descentralização administrativa em São Paulo. Não existe mais o paternalismo sórdido. Acabou aquele paternalismo em que o Governo era uma espécie de Papai Noel, Papai Noel com um cotidiano insuportável, porque, a cada dia e a cada hora, recebia os Prefeitos como se fossem mendigos e lhes negava ou lhes dava a esmola.

De sorte, Sr. Presidente, que é um Governo discreto, operoso e descentralizador. As pontes ele as constrói. Isso é inegável. Agora, incomoda à Oposição que o Governo de São Paulo construa mil pontes. Ele entrega a ponte montada, que depois é colocada no lugar pelos Prefeitos e com recursos municipais. Nisso o ilustre Deputado Adail Vettorazzo tem plena razão. S. Ex^a acertou. É isso mesmo. Vai a ponte construída em metal para o Município e este se incumbiu de instalá-la e de montá-la. Isso é verdade. Agora, pergunto a S. Ex^a o seguinte: é melhor esse regime de co-participação, ou prefere S. Ex^a o regime anterior, da bondade, da gentileza discriminada, da separação, do tratamento diferente entre os prefeitos amigos e os adversários.

A polícia da Capital do Estado de São Paulo, quando assumiu o novo Governo, estava totalmente à mercê do crime. A frota de viaturas estava reduzida a 150 veículos sem pneus. Também não havia recursos para comprar combustível. Hoje, temos uma frota dez vezes maior, e as viaturas funcionam. Não havia sequer munição para fornecer aos policiais, que eram desmoralizados ante os delinquentes.

Um outro exemplo o Deputado Adail Vettorazzo poderia dar. E peço que o faça na primeira oportunidade. Não é só no caso das pontes que existe a co-participação, não é só no caso das pontes que o Governo entra com o material e a prefeitura com o trabalho. S. Ex^a, a quem me liga uma simpatia de amigo tão antiga e tão procedente, poderia testemunhar a meu favor. Mensalmente, o Sr. Governador do Estado procede à entrega, no pátio interno do Palácio dos Bandeirantes, de dezenas de ambulâncias e viaturas aos municípios interioranos. A Casa pode perguntar se se voltou ao paternalismo, quando o Governo chama o prefeito, afaga-lhe o ombro e dá uma viatura. Não, Sr. Presidente. O Governo de São Paulo vende as viaturas e ambulâncias às prefeituras. Apenas o faz a preço mínimo, mas de maneira a lhe retirar o caráter humilhante de dádiva. As últimas ambulâncias foram entregues aos municípios de São Paulo pelo preço de 9 milhões de cruzeiros. Pergunto a V. Ex^a, habitante de um Estado tão desamparado, se conseguiria comprar uma ambulância montada por 9 milhões de cruzeiros. Esse veículo custa 30 milhões. Sr. Presidente, isso agora enerva a Oposição. O Governador Franco Montoro tem outro defeito: considerado como é, tranqüilo como é, lácô-

nico como é, começa a assustar, porque o respeito que o cerca em São Paulo é de tal sorte que nada desindica que S. Ex^a venha a ser o sucessor presidencial. Então, aqueles que temem o Governador de São Paulo como Governador, que o abominam, aparentemente, na verdade estão vendo mais longe. Estão vendo nele o homem com capacidade presidencial, o estadista com grande envergadura, aquele que, mercê do seu esforço, pelo seu passo a passo, pelos degraus da escada que galgou, um a um na vida inteira, aquele que granjeou o direito pela experiência, com o saber e a honradez comprovados, aquele que granjeou o direito de assumir a liderança nacional. Sr. Presidente, justifico os discursos da Oposição, louvo-os e até considero-os imprescindíveis. Quando o Deputado Agnaldo Timóteo vem aqui e ataca o Governador, cria a possibilidade de resposta e de esclarecimentos, porque ninguém está aqui para contestar. As pessoas estão aqui para esclarecer. A democracia é uma polêmica, mas uma polêmica cordial e informativa; informamos na democracia; não impomos nada. A imprensa de São Paulo, por exemplo, e isto ainda foi dito aqui, massacra o Governador diariamente. Quero saber se algum dia S. Ex^a teve uma reação destrambelhada, se o Governador André Franco Montoro algum dia recomendou que se negasse espaço à "Folha de S. Paulo" ou ao "O Estado de S. Paulo", que não o poupam. Absolutamente. A liberdade é absoluta em São Paulo.

Chegou a hora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de dizermos as coisas verdadeiras sobre os homens verdadeiros e salientar que o Governador André Franco Montoro, ao lado de suas seguras imperfeições e perfeições, tem sido renegado, rejeitado, porque não é possível que, a esta altura, um homem tão matriculado na História do Brasil seja ignorado e injustificado desta maneira. Quero dizer a V. Ex^a que não estarei aqui para atacar ninguém, mas sempre para defender, não o que seja do meu interesse, mas aquilo que interesse ao meu País.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, para contestar.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Antes de conceder a palavra ao Deputado Agnaldo Timóteo, como Líder, a que tem todo o direito, como a questão de ordem se sobrepõe a qualquer intervenção, concedo-a ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Mas eu pedi a palavra em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A palavra a V. Ex^a, como Líder, está assegurada.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex^a concedeu a palavra ao nobre Deputado, como Líder, no momento em que eu levantava a questão de ordem exatamente para alertar V. Ex^a, de acordo com o art. 28 do Regimento Comum, para o fato de que a sessão deve ser levantada por absoluta falta de quorum. Não sei como V. Ex^a vai atender à minha questão de ordem e a concessão da palavra ao nobre Deputado.

O Sr. Agnaldo Timóteo — V. Ex^a já me havia concedido a palavra.

O SR. VALMOR GIVARINA — Sr. Presidente, no momento em que levantei a questão de ordem, não sabia que o Deputado Agnaldo Timóteo ia falar, como Líder, porque não o conheço como Líder. Se o é por delegação da Liderança, está certo.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, V. Ex^a já me havia concedido a palavra para contestar.

Sr. Presidente, a Mesa usa um comportamento anti-regimental, como o partido do Governo, que gosta de falar em democracia, mas que não a respeita. Só é válido falar quando é a vez deles...

O SR. VALMOR GIVARINA — Sr. Presidente, V. Ex^a deferiu ou indeferiu a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nobre Deputado Agnaldo Timóteo, V. Ex^a pediu a palavra como Líder?

O Sr. Agnaldo Timóteo — Pedi a palavra, como Líder, para contestar, e a solicitei primeiro. V. Ex^a, Deputado Valmor Giavarina, atropelou-me, porque solicitei a palavra primeiro.

O Sr. Ferreira Martins — É por esta razão que o Congresso Nacional se desmoraliza.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nobres Srs. Congressistas, a Mesa pede calma ao Plenário.

Nobre Deputado Agnaldo Timóteo, por que partido V. Ex^a pediu a palavra como Líder?

O Sr. Agnaldo Timóteo — Pelo PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — V. Ex^a é Líder do PDS?

O Sr. Agnaldo Timóteo — Peço a palavra como Líder para contestar o pronunciamento do Deputado Israel Dias-Novais.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — V. Ex^a é Vice-Líder do PDS — a Mesa mandou verificar — ou tem delegação da Liderança para falar como Líder?

O Sr. Agnaldo Timóteo — Estou, hoje, no papel de Líder do PDS, desde às 16 h.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, V. Ex^a já me concedeu a palavra.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, levanto a seguinte questão de ordem: se V. Ex^a...

O Sr. Agnaldo Timóteo — Pela Ordem, Sr. Presidente. Ele não pode ter a palavra. Eu não lhe concedo o direito de falar pela ordem, porque estou na frente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nobre Deputado Agnaldo Timóteo, as questões de ordem podem ser levantadas a qualquer momento.

O Sr. Agnaldo Timóteo — V. Ex^a me concedeu a palavra. Então, V. Ex^a não pode, antes que este Deputado tenha a palavra, concedê-la a outro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A questão de ordem pode ser levantada em qualquer momento, mesmo durante o discurso de outro Parlamentar. É da responsabilidade do Parlamentar a continuidade ou não; ele pode levantar uma questão de ordem e pedir...

O Sr. Agnaldo Timóteo — V. Ex^a já me concedeu a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — V. Ex^a poderá pedir a palavra para contestar a questão de ordem.

O Sr. Agnaldo Timóteo — V. Ex^a já me concedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a V. Ex^a para contestar a questão de ordem.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, quero deixar as coisas bem claras.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. V. Ex^a não pode conceder a palavra sem que garanta o meu direito. V. Ex^a concedeu a palavra ao Deputado Valmor Giavarina. Então, não há ordem nesta Casa. O Sr. Presidente concedeu primeiro a palavra ao Deputado Agnaldo Timóteo e depois dá a palavra de ordem ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O Sr. Valmor Giavarina — Levantei uma questão de ordem, Sr. Presidente. Quero saber se V. Ex^a vai me conceder a palavra de ordem ou não vai.

O Sr. Agnaldo Timóteo — O Sr. Presidente não a pode conceder. V. Ex^a me concedeu a palavra como Líder do PDS.

O Sr. Valmor Giavarina — Levantei a seguinte questão de ordem.

O Sr. Agnaldo Timóteo — O Sr. Presidente não pode conceder a palavra a ninguém antes que eu fale.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, levanto a seguinte questão de ordem.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, V. Ex.^a concedeu-me a palavra. Quero o direito da palavra como Líder do PDS. Quero contestar o nobre Deputado Israel Dias-Novaes. V. Ex.^a me havia concedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nobre Deputado Agnaldo Timóteo, a questão de ordem é soberana sobre a palavra de V. Ex.^a. Em seguida V. Ex.^a poderá contestar a questão de ordem.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Questão de ordem não pode ser levantada depois que V. Ex.^a me assegurou o direito à palavra. V. Ex.^a não pode conceder o direito a questão de ordem depois de me haver dado o direito de falar.

A Mesa não pode conceder a palavra para uma questão de ordem depois de me haver concedido a palavra, Sr. Presidente. Alguma coisa está muito complicada na Mesa.

O Sr. Valmor Giavarina — Ressalvando a palavra ao Deputado, deixe-me levantar uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Não posso atender a todos de uma só vez. Só posso atendê-los se cada um falar de cada vez. Se V. Ex.^s falarem todos ao mesmo tempo, não terci inteligência nem capacidade para captar o que querem dizer.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, em apenas quinze segundos encerro a minha questão de ordem.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Aviso aos Srs. Deputados que a Mesa cortou os microfones de apartes até que V. Ex.^s atendam à nossa solicitação para falar um de cada vez. (Tumulto.) A Mesa deseja falar. Permitam os Srs. Deputados que a Mesa fale? O microfone de V. Ex.^s está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados que se acalmem, porque, do contrário, essa discussão continuará até à meia-noite, sem V. Ex.^s se entenderem a sem a Presidência poder dirimir a questão. Que fale um de cada vez.

O Sr. Deputado Valmor Giavarina levantou uma questão de ordem...

O Sr. Agnaldo Timóteo — Foi só para atropelar meu discurso

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nobre Deputado, V. Ex.^a não pode altercar com a Presidência. É contra o Regimento. A Presidência está falando, e V. Ex.^a, por favor, tenha a delicadeza de ouvi-la.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — É uma questão de educação. Estou explicando, nobre Deputado. Quer ouvir a Presidência por favor?

O Sr. Agnaldo Timóteo — Não, já ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — V. Ex.^a, nobre Deputado Agnaldo Timóteo, pediu a palavra. Quando ia iniciar o seu pronunciamento, um Deputado levantou uma questão de ordem, não para fazer a vontade dos Deputados, nem a vontade da Presidência, mas para obedecer ao Regimento Interno. De maneira que lamento profundamente. A Presidência, neste momento, está solidária com V. Ex.^a, porque acha que o Deputado não deveria ter pedido a questão de ordem, para não atropelar o discurso de V. Ex.^a. No entanto, assim o fez e evocou o Regimento Comum, no seu art. 29, que diz "no curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, a Presidência encerrará os trabalhos *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista".

Como o Deputado Valmor Giavarina, tem razão, defiro o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 30 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 85

Está circulando o nº 85 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 438 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

Hierarquia entre normas constitucionais — Nelson de Sousa Sampaio

Parlamentarismo vs. Presidencialismo — Manoel de Oliveira Franco Sobrinho

Considerações sobre o federalismo — José Nilo de Castro

O sistema federalista e a integridade do Brasil — Paulo de Figueiredo

Do Estado unitário ao Estado regional — Moacyr Benedicto de Souza

Federalismo e autonomia municipal — Valmir Pontes Filho

Descentralização do Poder: Federação e Município — José Alfredo de Oliveira Baracho

A aplicação extraterritorial de leis nacionais — José Carlos de Magalhães

O controle legislativo dos atos internacionais — Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros

Iniciativa de lei complementar de normas gerais de Direito Tributário — Geraldo Ataliba

História e sistema em Teixeira de Freitas — Nelson Saldanha

Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano — Jürgen Santleben

Função social da propriedade — Wellington dos Mendes Lopes

A usucapião especial no Brasil: evolução ou descaracterização de um instituto jurídico romano? — Anna Maria Villela

Desapropriação por utilidade pública — Therezinha Lucia Ferreira Cunha

Do registro na desapropriação e aspectos processuais na proposta para uma nova lei — Raimundo Viana

O mérito do ato administrativo perante o Judiciário — José Jappur

Concorrência desleal: a imitação de marca (ou de seu componente) como forma de confusão entre produtos — Carlos Alberto Bittar

Vídeo-clubes, distribuidores, locadores e revendedores de vídeo-cassetes: sua posição frente ao Direito de Autor — Antônio Chaves

La prisión provisional en España y la crisis de una ley socialista — Antonio M^a Lorca Navarrete

DOCUMENTAÇÃO

Constituição Federal e Constituições estaduais — Leyla Castello Branco Rangel

Assinatura para 1985 (nºs 85 a 88): Cr\$ 48.000

À venda na SUBSECRETARIA
DE EDIÇÕES TÉCNICAS
SENADO FEDERAL
— Anexo 1 — 22º andar

Preço
do
exemplar
Cr\$ 12.000

Praça dos Três Poderes
70.160
— BRASÍLIA — DF
Telefone: 211-3578

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília,
a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Atende-se também pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00